

Quem somos?

● O Comité Operário Internacional contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária, constituiu-se na Conferência Mundial de Mumbai (Índia) que juntou, em Novembro de 2016, delegados de 28 países.

● Em Outubro de 2022, realizou-se nova conferência mundial, em Paris, precedida de uma conferência internacional das mulheres trabalhadoras. Delegados de 43 países subscreveram um apelo que actualiza o Manifesto de Mumbai à luz da situação mundial (*).

● Compõem o comité de acompanhamento militantes operários de todas as tendências:

Camille Adoue (França)
Innocent Assogba (Benim)
Alan Benjamin (EUA)
Colia Clark † (EUA)
Adama Coulibaly (Burkina Faso)
Constantin Cretan (Roménia)
Berthony Dupont (Haiti)
Daniel Gluckstein (França)
Rubina Jamil (Paquistão)
Christel Keiser (França)
Apo Leung (China)
Nnamdi Lumumba (EUA)
Randy Miranda (Filipinas)
Mandlenkosi Phangwa (Azânia)
Liliana Plumeda (México)
Milind Ranade (Índia)
Klaus Schüller (Alemanha)
Jung Sikhwa (Coreia)
Mark Vassilev (Rússia)
Nambiath Vasudevan (Índia)

(*) Afeganistão, Alemanha, Argélia, Azânia, Bangladesh, Bélgica, Benim, Bielorrússia, Brasil, Burkina Faso, Burundi, Canadá, Chile, China, Congo, Coreia, Egipto, Estado espanhol, Estados Unidos, Filipinas, França, Grã-Bretanha, Grécia, Haiti, Hungria, Índia, Itália, Marrocos, México, Palestina, Paquistão, Peru, Portugal, Roménia, Rússia, Senegal, Sri Lanka, Suécia, Suíça, Togo, Tunísia, Turquia, Zimbabue.

Palestina

Comunicado

do Partido Operário Independente Democrático (POID, França)

É emocionadamente que o POID deplora as centenas de vítimas civis, particularmente jovens e crianças, brutalmente arrancados à vida em Israel e em Gaza.

Neste dia 7 de Outubro, dobrou-se um cabo. “*É a guerra!*”, proclamou de imediato o primeiro-ministro israelita Netanyahu. Mas haverá alguma necessidade de lembrar que a guerra não começou neste dia 7 de Outubro? Há setenta e cinco anos que a guerra devasta esta região.

Há setenta e cinco anos que o povo palestino é expulso da sua terra, escuraçado das suas aldeias, tem as suas casas destruídas. Há setenta e cinco anos que lhe é interdito o direito de regressar; defronta uma colonização devoradora insaciável de terra palestina. Sujeito a um verdadeiro regime de apartheid, feito de discriminação, opressão e humilhação, esse povo nunca deixou, porém, de resistir e lutar.

Ouvem-se hoje responsáveis políticos a apelar, de todo o lado, para que a ONU abra caminho a uma “paz justa e duradoura”. Quem há-de, todavia, esquecer que, de 1947 até hoje, a ONU fez seus todos os planos de partição – incluindo os planos tributários da pretensa solução dos dois Estados – , que noutra coisa não deram que não fosse em agravar o destino do povo palestino? A ONU não pode ser simultaneamente raiz do mal e seu remédio.

Enquanto escrevemos este comunicado, a escalada bélica acelera-se. O presidente dos Estados Unidos, Biden, manda a marinha americana navegar à vista de Gaza. O governo israelita acaba de decretar o bloqueio de Gaza, cujo intuito é pôr os seus dois milhões de habitantes à fome.

O POID reitera o seu compromisso incondicional pela paz. Porque defendemos o direito dos povos à liberdade, à soberania e à independência, somos solidários da aspiração legítima do povo palestino a viver, livre, na terra dos seus antepassados. Para que as palavras “paz justa e duradoura” se encham de algum conteúdo sério, todos os actuais habitantes da terra da Palestina – aqueles que vivem nos limites do Estado de Israel e os que vivem na Cisjordânia e em Gaza – terão de poder partilhar a mesma cidadania e os mesmos direitos, em pé de igualdade, seja qual for a sua origem, a sua cultura, língua ou religião, sejam eles árabes ou judeus.

E que não nos venham dizer que isto é utópico. A pior utopia sangrenta é a que, há setenta e cinco anos, eterniza a situação de opressão e injustiça imposta a um povo privado dos direitos que são, em princípio, reconhecidos a todos os povos. A trágica situação que se abriu neste dia 7 de Outubro é mais uma prova disso mesmo. ■

**Executivo Nacional,
segunda-feira, 9 de Outubro de 2023, 16h**

Editorial de *La Tribune des travailleurs* (POID, França)
nº 410 (11 de Outubro de 2023)

A urgência do momento

Hora a hora, os meios de comunicação vão revendo e aumentando o número de vítimas civis, particularmente o de jovens e crianças que perderam a vida desde 7 de Outubro, do lado israelita e do lado palestino. Um balanço infelizmente votado a agravar-se nos próximos dias se, como tem sido anunciado, Gaza for esmagada por um tapete de bombas, se defrontar uma intervenção militar terrestre, se vir a sua população posta à fome por força do impiedoso bloqueio decidido por Netanyahu. Balanço a que é forçoso somar os milhares de crianças mortas pelo exército israelita nas últimas décadas.

Não há democrata ou humanista que possa ficar impassível ante a morte de uma só criança inocente, seja ela judia ou árabe. Invocar, contudo, esta emoção legítima não basta para abrir caminho a uma solução.

Respondendo ao ataque do Hamas com um dilúvio de ferro e de fogo sobre dois milhões de palestinos apanhados na ratoeira de uma prisão a céu aberta, Netanyahu limita-se a continuar a fazer o que há

anos anda a fazer: negar a existência de um povo palestino que reivindica os direitos legítimos a que aspiram todos os povos. Tal negação – e a espiral de repressão e colonização que acarreta – contribuiu grandemente para o ataque de 7 de Outubro. Escrevê-lo não significa nem eximir o Hamas da sua responsabilidade pelos actos que decide levar a cabo, nem aprovar a sua política. Mas Israel ignora há décadas não o Hamas, mas o povo palestino, todo ele.

Pode-se condenar um povo ao silêncio por momentos; mas não se pode fazê-lo desaparecer, mesmo recorrendo ao terror. A reivindicação nacional legítima acaba sempre por ressurgir. O jornalista israelita Gideon Levy não diz outra coisa nas colunas do diário *Haaretz*; citamo-lo na página 11.

Vive entre os trabalhadores a memória de que, quando o povo argelino se levantou pela sua libertação, em 1954, o governo francês proclamou que aquilo não era guerra de libertação nenhuma – eram “*actos terroristas*”, a que se responderia com “*medidas policiais*”. O ministro do interior da altura,

Mitterrand, declarará que “*a única negociação é a guerra*”. Sabemos o que se seguiu: um milhão e meio de mortos do lado argelino. A causa legítima acabou, porém por se impor contra o poder colonial.

Pode-se concordar ou discordar dos termos do comunicado do POID e da perspectiva ali defendida de um Estado democrático e secular uno, que garanta direitos iguais a todos os cidadãos. Concordando ou discordando, porém, o que é indiscutível é que deixar Netanyahu continuar a fazer amanhã o que tem feito até hoje terá como resultado mais, no mínimo, milhares, porventura dezenas de milhares de mortos, essencialmente vítimas civis e crianças; mas sem que isso baste para fazer desaparecer o povo palestino e as suas legítimas aspirações.

Dê lá por onde der, vai ser preciso, nos moldes que forem, abrir caminho a uma solução política. Nada pode justificar o massacre em Gaza. A urgência é impedi-lo e impor o levantamento do bloqueio. ■

10 de Outubro, 16 horas.